



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Núcleo Jurídico da Secretaria de Vigilância em Saúde

DESPACHO

SVS/NUJUR/SVS/MS

Brasília, 19 de maio de 2021.

À Assessoria Parlamentar (ASPAR/GM/MS)

Assunto: **Requerimento de Informação nº 386/2021/CPIPANDEMIA.**

Ref.: NUP N° 25000.069670/2021-12

URGENTE

1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 386/2021/CPIPANDEMIA ([0020453271](#)), oriundo do Senado Federal, encaminhado pela Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, relativo à Comissão Parlamentar de Inquérito, por meio do qual solicita que sejam encaminhadas informações sobre a oferta de ações e serviços de saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia de COVID-19.
2. Inicialmente, destacamos que uma das prioridades do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI/SVS/MS) é a redução das infecções sexualmente transmissíveis, e, conseqüentemente, a vigilância, prevenção e controle, em particular, da sífilis adquirida e da sífilis congênita, em prol do bem-estar e da qualidade de vida da população brasileira.
3. Assim, com vistas a mitigar os efeitos negativos da resposta na população, o DCCI adotou um conjunto de medidas, como por exemplo:
 - Emissão do Ofício Circular nº 8/2020/CGAHV/.DCCI/SVS/MS, contendo orientações e cuidados das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHIV) no contexto da pandemia do COVID19 ([0020655357](#));
 - Elaboração e divulgação do folder “Perguntas e respostas para pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHIV) durante a pandemia da COVID-19”. O material contém informações sobre COVID-19 e dúvidas frequentes sobre o tema, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos ([0020655423](#));
 - Aumento da validade dos formulários de dispensação de antirretrovirais, automaticamente, ampliada no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM) para mais 90 dias e, depois, para os formulários ainda ativos, para mais 90 dias - para que os pacientes não tenham que retornar aos serviços, apenas para renovar suas receitas¹;
 - Implementação da telemedicina, com assinatura digital de pedidos de exames, atestados e receitas, a partir da Lei nº 13.989 de 15/4/2020;
 - Oferta de testes de HIV para pacientes internados com síndrome respiratória²;
 - Recomendação para que as PVHIV estáveis e com carga viral indetectável reduzam a frequência de consultas e exames de seguimento para uma vez por ano (garantindo atendimento em caso de intercorrências), a fim de reduzir a circulação de pessoas nos serviços de saúde, e mantendo a qualidade no seguimento das PVHIV;

- Oferta de tratamento antirretroviral para estrangeiros que, porventura, não tenham conseguido retornar aos seus países de origem devido às restrições de viagem impostas pela pandemia do COVID-19;
- Recomendações para o manejo da tuberculose e HIV/Aids no Sistema Prisional durante a Pandemia da COVID-19, elaborado em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJSP), com recomendações específicas voltadas para a continuidade do cuidado em tuberculose para pessoas privadas de liberdade ([0020655515](#));
- Webinar para profissionais de saúde sobre o novo protocolo clínico das Infecções Sexualmente Transmissíveis³;
- Validação da agenda estratégica 2020-2023 da sífilis no GTVS e na CIT;
- Monitoramento permanente das aquisições de medicamentos, insumos de laboratórios e dos insumos de prevenção;
- Manutenção e regularidade no repasse dos recursos descentralizados, para estados e municípios habilitados na política de incentivo, destinados ao enfrentamento do HIV/Aids e das IST;
- Manutenção das ações voltadas a vigilância, prevenção e controle da transmissão vertical do HIV e da sífilis, assegurando a continuidade das ações descentralizadas, da disponibilidade dos medicamentos e dos insumos de prevenção correspondentes.

4. Ratifica-se que este Ministério tem como uma de suas missões a redução da incidência do HIV/Aids e outras IST, tendo como principal meio de execução as políticas públicas pautadas pela ética, pelo respeito à diversidade sexual, racial, étnica, social, econômica e cultural, à cidadania e aos direitos humanos e pelo compromisso com a promoção à saúde, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS.

5. Insta enfatizar, ainda, que a ampliação da assistência e a melhoria do diagnóstico do HIV/AIDS são ações que continuam sendo adotadas pelo Departamento, visando garantir acesso ao tratamento e melhoria da qualidade de vida dessa população.

6. Nesse sentido, este Gabinete/SVS restitui a presente demanda à essa Assessoria para conhecimento e providências ulteriores julgadas pertinentes.

7. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Secretário de Vigilância em Saúde

1. <http://www.aids.gov.br/pt-br/profissionais-de-saude/hiv/legislacao>

2. <https://www.conasems.org.br/ministerio-da-saude-lanca-campanha-de-prevencao-ao-hiv-aids/>

3. <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/dcci-realiza-webseminarios-sobre-ist>



Documento assinado eletronicamente por **Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário(a) de Vigilância em Saúde**, em 20/05/2021, às 07:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020654770** e o código CRC **21C8584E**.